



**Recensão a *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*,  
de Sílvia Correia**

---

**Ana Catarina Pinto**

*Práticas da História* 1, n.º 2 (2016): 231-238

[www.praticadashistoria.pt](http://www.praticadashistoria.pt)

**Sílvia Correia**  
*Entre a Morte e o Mito.*  
*Políticas da Memória da I Guerra*  
*Mundial (1918-1933)*

Lisboa: Temas e Debates,  
2015, 558 pp.

**Ana Catarina Pinto\***

O livro de Sílvia Correia *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)* propõe a extensão dos estudos sobre cultura de guerra ao caso português. Procura as particularidades locais do controverso e, do ponto de vista da autora, malsucedido processo de estabelecimento de uma narrativa oficial acerca da participação de Portugal no teatro de guerra europeu ao lado dos Aliados na Guerra de 1914-1918. A principal linha de pesquisa da obra reanima as tramas cruzadas das intenções e ações dos atores coletivos (as associações de propaganda e/ou assistencialistas, civis ou de ex-combatentes e inválidos) e dos poderes públicos constituídos (os vários governos do pós-guerra e da Ditadura Militar até à Constituição do Estado Novo), para compreender não só a disputa pelos sentidos dos *lugares de memória* como a ausência de consenso em torno da experiência em causa. Vejamos, sucintamente, alguns traços que concorrem para esta ideia.

Na senda de George Mosse, a tese começa por colocar na origem das representações acerca da Grande Guerra, a construção do mito da experiência de guerra, ele próprio veículo de sentidos mutantes e

\* Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA.

justapostos, inicialmente promovido pelos voluntários ou pela ideia do voluntário. Aliás, uma importante associação de propaganda e apoio ao esforço de guerra, a Liga Patriótica do Norte (1916), foi fundada por civis, a partir da ideia do voluntarismo patriótico, e manteve um importante papel nos ciclos rememorativos do pós-guerra. O cidadão-soldado, o voluntário republicano no caso português, seria um dos primeiros elementos de produção de sentidos acerca da participação no conflito, mas não o único. Competindo com a ideia de bravura patriótica e excecionalidade heroica, em parte motivadoras do voluntarismo, surgiram no decurso do conflito as imagens do horror das condições de vida, espera e combate nas trincheiras, revelando-se desde logo uma possível fratura quanto à experiência de guerra, correspondendo a uma diferença de condição social, a do soldado e a do oficial.

Em Portugal, a maioria dos recrutados foram conscritos, e a maioria destes seria de origem rural e ainda analfabeta. É comum atribuir-se a estas características sociais uma dificuldade de identificação política com a prática da guerra moderna, isto é, o camponês deslocado pasmava perante uma realidade agressiva que não seria capaz de compreender nem acerca da qual fazer juízo. Nesta obra existe o cuidado de ver na contestação à estadia nas trincheiras atos políticos: o soldado que não queria estar onde estava era um agente político. Deste ponto de vista, o suicídio inscrevia-se como prática drástica de recusa do papel de soldado e, apesar de individual, inutilizava as leituras sobre a bravura em batalha e na retaguarda. Por isso, era ocultado, escusado à estatística, registando-se apenas dez casos de suicídio, exclusivamente, de praças.

Acompanhando o texto da autora compreendemos como as identidades coletivas dos soldados foram forjadas com a desmobilização e por relação com a sociedade civil e os poderes constituídos. Várias diferenças dificultavam uma identidade unificada dos soldados desmobilizados: os oficiais do quadro eram assistidos pelas estruturas próprias do exército, não participando da difícil e estigmatizante avaliação clínica comum; aqueles que tinham as marcas físicas da guerra distinguiam-se dos que retornavam com o corpo inteiro, mesmo que portador das

marcas invisíveis do stresse ou da doença contraída; os que retornavam sem marcas distinguiam-se dos demais.

As dificuldades na reinserção social e laboral geraram contestações pontuais acompanhando um conturbado programa de assistência pública, desde a primeira lei de enquadramento assistencialista (1918) até à publicação do Estatuto do Inválido (1927), durante o qual se definiram as figuras clínicas do mutilado e do inválido. A condição física seria o elemento comum e propulsor do movimento associativo de cariz reivindicativo surgido no pós-guerra. O *mutilado* e o *inválido* de guerra transformaram-se em marcadores identitários de um grupo exigindo o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela sua situação, legitimado pela dívida moral da pátria perante o seu sacrifício. Assim, surgiu em Lisboa *O Mutilado – Para a defesa dos mutilados e estropiados da guerra portugueses* (1920) e no Porto *O Mutilado da Guerra – Órgão da Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra* (1925), formou-se a Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra (1925), e realizou-se o I Congresso dos Mutilados e Inválidos da Guerra (janeiro de 1926), onde se anunciou a criação da Associação dos Mutilados e Inválidos da Guerra Portugueses. Em 1933 publicaram-se os estatutos da União dos Inválidos de Guerra.

Diferente âmbito teve a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), criada em 1921, a partir da iniciativa de patentes menores do exército, mas validada pela adesão dos tenentes-coronéis Ferreira do Amaral e Francisco Aragão. Os estatutos da LCGG foram publicados em 1924 e estabeleciam como função a proteção dos associados e a “defesa dos interesses patrióticos”. Neste caso, a figura identitária – o combatente – remetia para uma condição moral comum, extensível aos soldados mortos. Os associados podiam ser combatentes (sócios ordinários) ou órfãos e viúvas de combatentes (sócios extraordinários). Ao nome do órgão de imprensa afeto à LCGG correspondia a ambição de manter animado o palco que dava legitimidade à reivindicada condição moral do combatente, chamava-se *A Guerra* (1926) (deste ponto de vista é significativo que não se chamasse *A Paz*, por exemplo). Em 1929, a Liga realizou o I Congresso Nacional de Combatentes Portugueses. Em

1934 findou o seu tempo de associação livre, sendo compulsivamente reestruturada e passando para a tutela do Estado. Uma vez que ainda existe e continua a ser foco de processos de ressignificação, a Liga dos Combatentes seria um terreno fértil para estudar estes fenómenos<sup>1</sup>.

A incursão de Sílvia Correia pelo associativismo dos antigos combatentes da Grande Guerra deve-se à procura da relação entre estas formações e as políticas oficiais da memória, isto é, do diálogo entre a rememoração daqueles que experimentaram a guerra e o patrocínio dos poderes constituídos para a consolidação e perpetuação de uma memória agregadora e ritualizada capaz de harmonizar a comunidade nacional. Estes cruzamentos podem encontrar-se, por exemplo, nas datas comemorativas e nos regimes de significação a si associados. No caso da Grande Guerra, houve três datas em contenda em Portugal.

A primeira data, 14 de julho, parece ter interessado, sobretudo, aos governos saídos do rescaldo do sidonismo e da intentona de restauração monárquica de 1919. Conforme explica a autora, o dia da tomada da Bastilha podia significar uma celebração da República e até da esquerda republicana, à qual a data foi ficando progressivamente associada em França. Naquele ano, alinhar com as celebrações do 14 de julho era ainda marcar a presença do país ao lado dos Aliados, reivindicando o estatuto político internacional que levou o Partido Republicano Português (os chamados Democráticos) a forçar a entrada de Portugal no palco europeu da guerra. Por isso, foi igualmente importante levar uma representação portuguesa à parada da vitória em Paris (14 de julho) e Londres (19 de julho), como promover um programa oficial de celebração no país. Em Lisboa, entoaram-se os hinos francês e inglês. O desfile incorporou as Forças Armadas, a GNR, veteranos condecorados, invá-

1 A LCGG foi a génese da atual Liga dos Combatentes, que ainda comemora o Dia do Combatente (9 de abril), o Dia de Portugal (10 de junho) e o Dia do Armistício e da Liga (11 de novembro). A partir de 2009, esta última data passou a evocar também o fim da Guerra Colonial e a cerimónia oficial passou a ser feita junto ao monumento aos mortos do Ultramar, em Belém (Lisboa), em vez de ser feita junto do monumento aos mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade (Lisboa). O Dia do Combatente é celebrado com uma missa e uma romagem ao túmulo dos Soldados Desconhecidos, na Batalha. O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas consiste numa parada militar. Em 2010 e 2011 incluiu antigos combatentes da Guerra Colonial.

lidos, marinheiros, cadetes, membros da Instrução Militar Obrigatória e escuteiros. Noutra parada, as crianças (10 mil) levaram as bandeiras dos Aliados e ramos de oliveira ao Jardim da Estrela. O Presidente do Ministério plantou uma oliveira no Jardim Zoológico ao som do Hino da Paz cantado pelos alunos da Casa Pia e do Liceu Pedro Nunes, seguindo-se um discurso de Magalhães Lima. Houve ainda um recital no São Carlos e, por fim, fogo de artifício. Esta data festiva legitimava a opção intervencionista.

Duas outras datas entrariam em contenda com esta: 9 de abril, dia da batalha de La Lys, e 11 de novembro, Dia do Armistício. Sílvia Correia atribui à atividade da Junta Patriótica do Norte a pressão pela colocação do 9 de abril no centro das comemorações portuguesas da Grande Guerra. A partir de 1920 surgiram os primeiros sinais de oficialização da data, com a tolerância de ponto nas secretarias de Estado e estabelecimentos dependentes, e feriado nas escolas. Em 1921, decretou-se feriado nacional e deu-se aquela que teria sido a maior cerimónia rememorativa do pós-guerra, a transladação dos soldados desconhecidos. Nesse ano, os festejos foram prolongados, começando a 5 de abril, com a chegada das delegações diplomáticas estrangeiras e do corpo vindo de África. Os dois ataúdes dos soldados desconhecidos ficaram no Arsenal da Marinha, de onde saíram no dia 7 de abril para percorrer as ruas de Lisboa até à Assembleia da República. Aí, o Presidente da República condecorou os dois soldados desconhecidos. Nesta ocasião tocou-se o hino nacional, *A Portuguesa*, e os dignitários políticos, eclesiásticos e diplomáticos velaram os corpos. Depois destes, as portas abriram-se à população da capital até às 12 horas do dia 9 de abril. No dia da batalha de La Lys, os ataúdes saíram da Assembleia para voltar a percorrer artérias centrais da capital, escoltados pelas delegações diplomáticas estrangeiras, mutilados e inválidos condecorados, generais da guerra e os membros do Governo. No dia seguinte, os caixões partiram da estação do Rossio para serem depositados no Mosteiro da Batalha. Foram precisos três comboios especiais para transportar não só os féretros, como o Presidente da República, o cardeal-patriarca, o Governo, o corpo diplomático, as missões estrangeiras. Na Batalha

deu-se novo cortejo. Em 1924, os corpos foram definitivamente inumados, renovando-se o cerimonial.

A data da batalha de La Lys assinalava uma efeméride nacional. Quando associada à tumulação dos soldados desconhecidos, consagrava uma liturgia fúnebre de homenagem aos mortos da Guerra, atualizando o sentido sacrificial da morte em batalha. Além de ajudar a superar a dor e o trauma individuais, estas cerimónias transformavam o luto coletivo num momento de celebração da continuidade pátria. Assim, aos elementos fúnebres comuns nestas cerimónias, como o minuto de silêncio, a deposição de coroas de flores, as romagens aos túmulos reais ou simbólicos, juntavam-se elementos de renovação, como as crianças e a plantação de árvores, mais concretamente de oliveiras. A guerra associada à pátria era rememorada como condição da paz nacional.

No entanto, conforme refere a autora, estas cerimónias não eram triunfais. Dificilmente poderiam ser, uma vez que a batalha de La Lys tinha sido uma derrota militar. Aqui se revelava a hipótese de disputa pelos sentidos do passado, evidente nas críticas aos programas oficiais de comemoração da Grande Guerra. Seguindo dois exemplos desta disputa citados pela autora, ambos relativos ao 9 de abril, percebemos como os regimes de significação podiam ser contestados, apesar das políticas oficiais em curso. Em 1924, o diário monárquico *O Dia* satirizava o uso da inscrição nos túmulos dos soldados desconhecidos, “morto pela pátria”, sugerindo uma leitura literal que a opção “morto pró-pátria” teria evitado. Em 1925, Trindade Coelho, diretor de *O Século*, dedicou a primeira página do jornal a criticar a intervenção na Guerra, o que a autora julga ser um sinal da disrupção político-institucional em curso.

A partir de 1926, o 9 de abril manterá a atualidade rememorativa devido às associações de combatentes. Oficialmente, o investimento passou a ser feito em torno do Dia do Armistício, declarado feriado nacional nesse ano. A transferência de sentidos, a ressignificação dos rituais, poderia ser encontrada em 1931. Nesse ano, projetou-se a inauguração do monumento nacional aos mortos da Grande Guerra, em Lisboa, para 11 de novembro (não ocorreu por causa da chuva). Segundo a autora, as celebrações desta data incluíam a romagem ao cemitério do

Alto de São João, mantendo, portanto, a relação com o culto dos heróis mortos, exigido pelas associações de combatentes. No entanto – e além disso – eram paradas militares triunfais, celebravam as forças armadas. No contexto da Ditadura Militar, serviam de legitimação à tutela do exército sobre a política.

O investimento de sucessivos governos do pós-guerra para a fixação de uma narrativa oficial sobre a intervenção de Portugal na Guerra foi significativo, incluindo programas escolares e uma estreita colaboração com associações como a LCGG ou a Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1921). Em 1925, as celebrações de 9 de abril deixaram de estar sob a tutela do Ministério da Guerra para passar para a sociedade civil, mantendo-se, conforme refere Sílvia Correia, vários eventos de rememoração espalhados pelo país.

Não obstante, para a autora, a disputa pela memória da Grande Guerra, evidente nas polémicas em torno dos regimes de significação associados às celebrações das efemérides mas não só, seria mais uma evidência do colapso da I República. Não nos parece abusivo dizer que para a autora teria existido aqui uma espécie de oportunidade de consolidação da comunidade nacional *republicana* perdida, que no limite seria um consenso político falhado. Seria importante lembrar que o revisionismo histórico surgiu em França a propósito das celebrações do bicentenário da Revolução Francesa (1789); que o historiador Rui Ramos escreveu artigos de opinião questionando o propósito das comemorações do centenário da República portuguesa<sup>2</sup>; que na Assembleia da República os partidos de direita evocam o 25 de novembro de 1975 durante as cerimónias oficiais de comemoração do 25 de abril de 1974 – nenhuma destas manifestações é lida como sinal de crise da democracia. Pelo contrário. Enquanto houver possibilidade de disputar a memória oficial, e de criticar a existência de uma política de memória oficial, existe espaço democrático de intervenção. Outra questão será a de saber se todos os indivíduos ou grupos de indivíduos têm acesso

2 Por exemplo: “Que república se comemora em 2010?”, in *Correio da Manhã*, 4 de outubro de 2009 (<http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/que-republica-se-comemora-em-2010.html>).

a esse espaço e capital para nele intervir, ou de que forma e por que processos se distribui esse capital. Se procurarmos, então, o lugar da política enquanto lugar de determinação dos modos de distribuição de capitais dentro do desenho dos regimes, pode tornar-se insuficiente dizer *a Democracia*. De igual modo, devia ser insuficiente dizer *a República*. É evidente que não caberia ao trabalho de Sílvia Correia responder a estas inquietações. Elas servem para salientar que quando se trata um regime político caracterizável por algo mais do que um arranjo institucional naturalizam-se arranjos ideológicos. Se se pressupõe que o nacionalismo não é espontâneo, como a autora pressupõe, porquê considerá-lo suficiente para agregar uma comunidade nacional?

Por fim, interessa dizer que este texto não faz justiça ao prolífero trabalho da autora. A sua abordagem, diversificada e extensa, põe em evidência a complexidade da trama dos fenómenos de rememoração e de políticas da memória. Elegemos algumas interseções para privilegiar um argumento de vários possíveis. Este estudo merece ser debatido.

**Referência para citação:**

Pinto, Ana Catarina. Recensão a *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*, de Sílvia Correia. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016); 231-238.